



A GESTÃO DE ESTOQUES DE MATERIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL – UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Carlos Fernando Jung
Mário Kempfel da Rosa
Faculdades Integradas de Taquara – Faccat – Taquara – RS – Brasil

1. Apresentação do tema

O princípio da eficiência e a administração de materiais na administração pública.

1.1 Delimitação do tema

O estudo aborda a relação entre o princípio da eficiência e a gestão de estoques de materiais na administração pública municipal, analisando o caso dos seis municípios que compõem a microrregião do Vale do Paranhana/RS.

A gestão pública mostra-se desafiadora para a imensa maioria dos mais de 5 mil municípios brasileiros, seja por fatores de ordem política, legal ou econômica. Para alcançar êxito em suas políticas de governo, as administrações municipais devem perseguir a eficiência dos controles internos, tendo como baliza a maximização do uso dos recursos arrecadados. O aprofundamento dos estudos relacionados aos processos internos de gestão dos estoques pode evidenciar elementos para promover a reflexão, discussão e sugestões para ajuste dos modelos de gestão praticados (VIER e SCHREIBER, 2018).

2. Objetivos

2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste artigo é demonstrar a importância da gestão dos estoques de materiais no âmbito da administração pública municipal, sob a ótica do princípio da eficiência dos gastos públicos.

2.2 Objetivos específicos:

a) Determinar a representatividade dos gastos com materiais de consumo nos municípios, em relação ao total das suas despesas correntes;



b) Investigar se a legislação definidora da estrutura organizacional dos municípios contempla o controle de estoques de materiais;

c) Compreender se a gestão mais eficiente dos estoques pode gerar economia de recursos públicos, proporcionando mais investimentos públicos para o desenvolvimento das cidades.

3. Metodologia

Quanto a abrangência territorial, o estudo é aplicado nos municípios que compõem a região do Vale do Paranhana/RS.

Por sua natureza, classifica-se este trabalho como uma pesquisa básica, uma vez que possui caráter investigativo, sem aplicação prática prevista.

A classificação quanto aos seus objetivos é definida como pesquisa exploratória, pois o objetivo é conhecer melhor o tema delimitado, no intuito de deixá-lo mais claro.

O método de abordagem utilizado é a análise qualitativa e quantitativa, empregando-se como base dos procedimentos de coleta de dados a análise bibliográfica e documental.

4. Resultados parciais

A partir da metodologia utilizada e análise dos dados coletados na pesquisa, espera-se observar que gestão dos materiais de consumo é de extrema importância para que os municípios sejam mais eficientes na utilização dos recursos, evitando desperdícios, perdas e desvios. Entretanto, a grande maioria dos órgãos governamentais brasileiros não utiliza técnicas adequadas para planejar, gerir e controlar as suas necessidades de materiais (GOMES e SOARES, 2016).

Através de um eficiente controle de almoxarifado, é possível evitar desperdício e perda de materiais, o que para o setor público significa uma importante forma de conter gastos. Para Dantas e Santos (2018), a gestão dos estoques deve ser utilizada como ferramenta estratégica, que agrega eficiência e qualidade aos serviços prestados à população. O objetivo é impactar de modo logístico todo o sistema de gestão, oferecendo o material certo, na quantidade e qualidade certa.



Em contraponto, na análise individual da legislação que ordena a estrutura administrativa dos seis municípios do Vale do Paranhana/RS, constata-se que o controle de materiais não está formalmente estruturado em quatro, das seis cidades observadas.

Verificou-se também que, dentre os seis municípios, apenas dois inventariam dos seus estoques com regularidade, saneando divergências e conciliando os resultados com a contabilidade. O inventário físico é um dos principais meios de controle para evidenciar, apurar e corrigir quaisquer inconformidades constatadas na atividade do almoxarifado, proporcionando fidedignidade aos registros e gerando informação qualificada e tempestiva para a tomada de decisão (SOUZA, 2022).

Tal observação se mostra compatível (ou incompatível) acerca do cumprimento do princípio da eficiência da gestão, uma vez que a fragilidade e até mesmo ausência de controles formais prejudica a transparência e o controle social, além de colocar o ente público em posição suscetível a ocorrência de desperdícios e desvio de finalidade no uso dos recursos públicos.

A análise dos dados coletados junto aos portais de transparência dos municípios e no portal do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, mostrou que o montante de recursos investidos em aquisição de materiais de consumo é relevante, pois consome em média 8,76% do orçamento corrente anual, corroborando com a ideia da necessidade de aprimoramento dos processos de controle interno das cidades observadas.

Tabela nº 1 – Gastos com materiais de consumo por município

(Ano de 2022, em milhões de R\$)

Município	Gastos com Materiais de Consumo	Total do Orçamento Corrente	Em %
Igrejinha	9,055	134,872	6,71
Parobé	12,527	136,879	9,15
Riozinho	1,36	21,893	6,21
Rolante	4,778	71,842	6,65
Taquara	14,492	158,420	9,15
Três Coroas	10,949	83,092	13,18



Média	53,161	606,998	8,76
--------------	---------------	----------------	-------------

Fonte: Elaborado pelo autor.

5. Conclusão parcial

Ao longo do estudo comprovou-se que a gestão dos estoques de materiais exerce função essencial dentro das organizações públicas e, especialmente no âmbito municipal. Os setores de almoxarifado dos municípios são responsáveis pelo gerenciamento dos processos recebimento, identificação, registro, armazenagem, controle de estoque e dispensação de produtos. Essas atividades devem ser desenvolvidas eficientemente, para garantir o fornecimento interno e manter os serviços públicos em funcionamento, maximizando a utilização dos recursos públicos evitando ou reduzindo qualquer tipo de perda ou desperdício (FENILI, 2016).

Nos municípios alvos da análise, em que pese o consumo de materiais se mostrar relevante frente ao orçamento anual, a gestão de materiais apresenta carências e falhas que devem ser corrigidas, como a ausência de estruturação formal nos organogramas administrativos, assim como falta de recursos humanos e materiais para exercer a atividade. Além disso, nos casos em que o setor de almoxarifado está em funcionamento, a rotina de procedimentos como inventário e conferências periódicas é quase inexistente.

Por conclusão deste trabalho, tem-se a percepção de que o aperfeiçoamento do sistema de controle de materiais dos municípios do Vale do Paranhana/RS é necessário, tanto para garantir maior transparência em relação ao uso dos recursos quanto para promover a eficiência dos gastos, uma vez que a ineficiência dos controles internos nesta área pode mascarar desperdícios e mau uso do patrimônio público.

Consequentemente, uma gestão mais eficiente dos estoques pode gerar economia de recursos públicos, gerando condições mais favoráveis de investimentos públicos para o desenvolvimento das cidades que, dentre tantos desafios, quase sempre enfrentam a escassez de receitas.



6. Referências

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 4 de maio de 1964.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 5 de maio de 2000.

DANTAS, Keline Praxedes e SANTOS, Luciana Guedes. **Gestão de Estoque em Ambiente Público: Um Estudo de Caso na Unidade Básica de Saúde (UBS) José Fernandes de Melo no Município De Mossoró- RN**. Empírica BR – Revista Brasileira de Gestão, Negócios e Tecnologia da Informação – IFRN, v. 1, n. 1 (2018)

FENILI, Renato Ribeiro. **Gestão de Materiais**. Enap Didáticos 2. ed. Brasília: Enap, 2016.

GOMES, Almiraiva Ferraz e SOARES, Charles Durães. **Administração de estoques em uma organização pública: um estudo na Assessoria de Laboratórios (ASSLAB) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Ano XIII n. 22, 2016.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 9. ed. Brasília, 04 nov. 2021.

SOUZA, THIAGO RAMOS DE. **Os desafios da gestão patrimonial na Administração Pública Federal**. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Debates em Administração Pública, v. 3, n. 3, 2022.

VIER, Margarete Blume e SCHREIBER, Dusan. **Análise do processo de planejamento orçamentário e de custos no âmbito municipal**. XXV Congresso Brasileiro de Custos – Vitória - ES, 12 a 14 de novembro de 2018.